

## Função da educação ambiental na promoção do desenvolvimento social

*Adriana Rivoire Menelli de Oliveira<sup>1</sup>*

*Eunice Maria Nazareth Nonato<sup>2</sup>*

*Tarcisio Staudt<sup>3</sup>*

---

### RESUMO

Este estudo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre o conteúdo da Educação Ambiental, num contexto da preocupação que não se restringe a relacionar uma lista de aspectos específicos desta área do conhecimento. Não se pretende estabelecer linhas demarcativas, mas o propósito é de exercitar, por meio da reflexão, trazendo à luz alguns conteúdos que precisam ser considerados na Educação Ambiental, e colaborar na construção de uma sociedade sustentável e desenvolvida. Sob esse aspecto, discutem-se duas variáveis de compreensão: a especulação utópica e a possibilidade real, incumbindo o indivíduo e a sociedade num exercício coletivo da transformação da própria história. Além dessas, identifica-se outros conteúdos procedimentais que incluem as regras, os métodos e as habilidades, como meios operacionais, num pressuposto indispensável para aprendizagem de conteúdo e realização de ações acompanhadas por reflexões sobre esse fazer, procurando aperfeiçoá-lo. Destaca-se que os principais pontos foram abordados de forma qualitativa da pesquisa, concluindo-se, ao término, que a adoção de práticas ambientais nos conteúdos curriculares contribui qualitativamente para a construção cultural no conjunto do desenvolvimento da sociedade.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Conteúdos Curriculares. Função Social. Currículo Ambiental. Desenvolvimento Social.

---

Na atualidade há uma preocupação globalizada em relação ao Meio Ambiente, envolvendo a sociedade como um todo, Organizações Governamentais, não Governamentais, destacando-se, mais especificamente nesta pesquisa as Instituições

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela PUC-RS, Mestre em Educação pela PUC-RS, Graduada em Letras, Português e Literatura Brasileira pela PUC-RS, Diretora Geral da Rede Metodista de Educação do Sul e Reitora do Centro Universitário Metodista IPA – [adriana.menelli@metodistasul.edu.br](mailto:adriana.menelli@metodistasul.edu.br).

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela UNISINOS, Mestre em Educação pela UNICOR-MG, Graduada em Direito e Pedagogia, Coordenadora de Extensão e Ação Comunitária e Professora no Centro Universitário Metodista – IPA / RS – [eunice.nonato@metodistasul.edu.br](mailto:eunice.nonato@metodistasul.edu.br).

<sup>3</sup> Mestre em Ciências Contábeis e Controladoria – UNISINOS, Graduado em Ciências Contábeis – FEEVALE, Professor de Ciências Contábeis, Administração, Turismo e Hotelaria no Centro Universitário Metodista – IPA e Faculdades Monteiro Lobato – FATO / RS – [staudt@uol.com.br](mailto:staudt@uol.com.br).

Educativas, no concernente aos conteúdos educativos. Percebe-se que esse tema é mundialmente debatido e abordado como elemento fundamental para a continuidade do sistema e sobrevivência da espécie humana.

### **ABORDAGENS CONTEXTUAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

O objetivo central deste estudo é abordar a forma teórica e prática dos conteúdos educativos curriculares da Educação Ambiental, tendo como objeto a reflexão da aprendizagem ambiental no enfoque do desenvolvimento da comunidade.

Esse objetivo busca responder à questão de pesquisa: “de que forma as Instituições de Ensino podem incluir em seus currículos a teoria e a prática da Educação Ambiental como elemento contributivo do desenvolvimento da cultura social ambiental?”.

Percebe-se que há literatura disponível abordando a questão, permitindo contrapontos de visão de mais autores que discutem o assunto proposto. No entanto, estudos como este servem como subsídio para pesquisas mais abrangentes, especialmente para futuros trabalhos que pretendam ilustrar estudos quantitativos. Dessa forma, esta temática pode ser pródiga para a produção de dissertações e teses de diversas áreas de conhecimento.

A relevância e contribuição da pesquisa consistem na ampliação da discussão e reflexão sobre o aspecto da Educação Ambiental e sua contribuição para o desenvolvimento social. A metodologia aplicada neste estudo baseou-se em uma abordagem das principais literaturas referente à temática com considerações qualitativas.

### **O OBJETO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

As grandes preocupações dos Educadores Ambientais têm se concentrado em encontrar a especificidade, o objeto, o conteúdo da Educação Ambiental. Tal preocupação não se restringe em fazer um rol onde sejam listados aspectos específicos dessa área do conhecimento, nem estabelecer linhas equatorianas demarcativas. Visa, porém exercitar reflexão sobre a capacidade que alguns conteúdos têm de colaborar na construção de uma sociedade, que seja igualitária, humana e justa para a maioria, e não mais para a minoria dos habitantes deste planeta, ou seja, tentando reconstruir uma terra habitável por mais alguns milhões de anos.

Essas colocações tendem a ter para o leitor duas possíveis compreensões: a de que não passam de puras especulações utópicas, portanto, meta grande demais que se torna por isso inviável de ser alcançada pelos educadores; e outra que perpassa por uma possibilidade real e, portanto, se colocam nos nossos vários contextos educativos como grandes desafios a serem conquistados, incumbindo-os individualmente e na coletividade de exercitar um papel revolucionário e transformador da própria história.

Este texto apresenta, pois, alguns estudos e reflexões que tentam compreender o conteúdo que deve ser estudado em Educação Ambiental, bem como perceber sua função social, como elemento do currículo, denominado por Gadotti, como ecopedagógico.

A expressão “conteúdos” tem habitualmente sido utilizada para expressar tudo o que deve ser “ensinado” na escola; diz respeito ao conhecimento trabalhado nas diversas disciplinas que compõem o quadro curricular das escolas. Tal idéia traduz bem a concepção conteudista e cognocitista incorporada à prática escolar.

Para Zabala (1998), a discriminação tipológica dos conteúdos e a importância que lhes é atribuída nas diferentes propostas educacionais nos permitem conhecer aquilo que se pretende trabalhar. Esse autor propõe mudanças nas práticas educativas, ampliando a idéia conceptiva do referido termo:

Devemos nos desprender desta leitura restrita do termo “conteúdo”, entendê-lo como tudo quanto se tem para aprender para alcançar determinados objetivos que não apenas abrangem as capacidades cognitivas como também incluem as demais capacidades. Deste modo, os conteúdos de aprendizagem se reduzem unicamente às contribuições das disciplinas tradicionais. Portanto, também serão conteúdos de aprendizagem todos aqueles que possibilitem o desenvolvimento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção social. (ZABALA, 1998, p.77).

Os conteúdos da Educação Ambiental necessitam, pois, ser definidos a partir de uma visão alargada do que seja “conteúdo”. Esses deverão superar a visão propedêutica e abrirem fronteiras para a inserção no contexto de sala de aula para variáveis que permitam a formação do aluno nos aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais, conforme classificação feita por Zabala (1998).

São conteúdos de aprendizagem, portanto, todos aqueles que abram a possibilidade de desenvolver a capacidade no aluno para pensar, sentir, se expressar, possibilitando-lhe uma interação respeitosa com o meio natural e social.

Para esse autor (ZABALA, 1998), entende-se por conteúdos factuais o conhecimento de fatos, acontecimentos, situações, dados e fenômenos concretos e singulares como idade de uma pessoa, nomes, localização ou altura de uma montanha. Trata-se, pois, de conteúdos de verdade inequívocos, tendo caráter descritivo e concreto.

Já o conteúdo conceitual engloba os conceitos que definem um conjunto de fatos, objetos ou símbolos, que têm características comuns, e os princípios que se referem às mudanças produzidas num fato, num objeto ou em situações que costumam descrever relações de causa-efeito, ou de correlação. São exemplos de conceitos: cidadão, povo, educação, ambiente, mamíferos. E são exemplos de princípios: interdisciplinaridade, contextualização, transdisciplinaridade, etc.

Os conteúdos procedimentais, por sua vez, incluirão, dentre outros, todas as regras, os métodos, as habilidades, as destrezas, os procedimentos e normalmente se dirigem a um fazer operacional como: ler, desenhar, plantar, cantar, classificar, pular, etc.

Um pressuposto indispensável para aprendizagem dessa tipologia de conteúdo é a realização de ações práticas e de constantes atividades práticas, sempre acompanhadas por reflexões sobre esse fazer, procurando aperfeiçoá-lo. Para o aperfeiçoamento dessa dimensão prática o domínio teórico e conceitual terá muito a contribuir, promovendo, assim o diálogo entre prática e teoria, e a aplicação do conhecimento em contextos diferenciados.

Os conteúdos de natureza atitudinal contemplam, por sua vez, valores, atitudes e normas, conforme Zabala especifica:

Entendemos por valores os princípios ou as idéias éticas que permitem às pessoas emitir um juízo sobre as condutas e seu sentido. São valores: a solidariedade, o respeito aos outros, a responsabilidade, a liberdade, etc.

As atitudes são tendências ou predisposições relativamente estáveis das pessoas para atuar de certa maneira. É a forma como cada pessoa realiza sua conduta de acordo com valores determinados. [...] As normas são padrões ou regras de comportamento que devemos seguir em determinadas situações que obrigam a todos os membros de um grupo social. As normas constituem a forma pactuada de realizar certos valores. [...] Como podemos notar, apesar das diferenças todos estes conteúdos estão estreitamente relacionados e têm em comum que cada um deles está configurado por componentes cognitivos, (conhecimentos e crenças), afetivos (sentimentos e preferências) e condutuais (ações e declarações de intenção). Mas a incidência de cada um destes componentes se dá em maior ou menor grau segundo se trate de um valor, uma atitude ou norma (ZABALA, 1998, p. 98).

A função fundamental que a sociedade atribuiu à educação é basicamente a de selecionar os melhores em relação à sua capacidade para seguir uma carreira universitária ou para obter qualquer outro título de prestígio reconhecido.

A grande questão que se coloca em relação a essa função social da educação é: a escola conseguirá, sendo seletiva e propedêutica e priorizando a formação cognitiva, incorporar os princípios da educação ambiental e garantir eficácia no processo educativo, formando pessoas capazes de pensar, sentir e agir ecologicamente? Terá a escola, como instituição inserida dentro de um contexto

contraditório, complexo e ambíguo, espaço para construir sua autonomia, propondo inclusive um currículo que seja capaz de desconstruir a reprodução social que a escola parece estar fadada a cumprir?

A resolução dos graves problemas ambientais existentes requer o uso permanente da reflexão que permita constantes interrogações das práticas educativas adotadas, ao mesmo tempo em que consolida parâmetros para as decisões que deverão ser tomadas diante da realidade e preservar ou garantir ainda o desenvolvimento da sociedade.

A formação de conceitos, valores e atitudes respeitadas em relação a qualquer forma de vida contribuem para ampliação do conceito de homem e de natureza, levando ao entendimento e ao questionamento dos atuais modos de utilização dos recursos naturais e da função social dos conteúdos relativos à educação dita ambiental. "Durante os últimos séculos, o ser humano foi considerado o centro do universo. O homem acreditou que a natureza estava a sua disposição. Apropriou-se de seus processos, alterou seus ciclos, redefiniu seus espaços" (BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, 1996, p. 23).

O papel da educação ambiental é o de colaborar para compreensão do mundo e de suas freqüentes mudanças, colocando o homem não mais como centro, mas como parte que integra o universo.

Nessa perspectiva, os conteúdos pertinentes à Educação Ambiental devem colaborar para a reversão dessa mentalidade fatídica para o próprio homem, enquanto parte da natureza. Ao mesmo tempo, constroem uma sólida formação que reconhece a importância da sustentabilidade para o desenvolvimento socioambiental. Nesse sentido, entendemos como Francisco Neto e César Fróes que sociedades sustentáveis são:

Sociedades sustentáveis são coletividades onde o consumismo é substituído pelo crescente montante de recursos destinados à inserção e ao reinvestimento na própria comunidade. E onde existe uma vontade política forte e direcionada para o desenvolvimento auto-sustentável do local e da região, e cujo resultado final é o bem-estar social. (NETO e FRÓES, 2002, p. 103)

A finalidade educativa em utilizar várias tipologias de conteúdos delinea-se pela compreensão de que a aprendizagem se dá, ora pelo domínio de fatos, conceitos e princípios, ora pelo domínio ou construção de novos procedimentos e atitudes, em alguns casos, por todos simultaneamente.

Como a função social que a sociedade atualmente atribui ao ensino é contribuir com a formação de um ser uno, o conteúdo ambiental deverá assumir o papel de formação global do educando, contemplando as várias dimensões necessárias para construção de várias capacidades da pessoa. A Escola deve valorizar as diferenças e investir na formação de pessoas autônomas, sujeitas do processo de construção do conhecimento e de transformação social.

Educadores Ambientais, como bem menciona Sacristán (2000), precisam compreender o livre arbítrio que possuem no processo de decisão de conteúdos da educação e que os currículos são opção tomada por quem pode fazê-los dentro do que ele chama "equilíbrio de forças sociais".

Considerando que a Escola é um aparelho político que possui uma intencionalidade sobre: o que ensinar, e para que ensinar é preciso que defina com clareza qual o sentido do que é ensinado aos seus alunos. Qual o valor dos conteúdos da educação ambiental (assim definindo todo processo de formação das pessoas) que são trabalhados em instituições educativas? Em que medida que os alunos podem alterar suas relações consigo, com o outro e com o meio social?

Gadotti (2000) faz um significativo depoimento relativo aos conteúdos de Educação Ambiental, vivenciados em sua trajetória escolar e aos não vivenciados, que permite profunda reflexão sobre a prática educativa e sobre que questões a Educação Ambiental tem se ocupado.

Na Escola, eu tinha visto a Terra tão diferente. Aprendemos que é um dos nove planetas que giram em torno do Sol [...], aprendemos que ela parece azul porque os oceanos, mares e lagos ocupam sete décimos de sua superfície e que está coberta de redemoinhos brancos que são nuvens e que podem formar os chamados furacões. O planeta normalmente parece manso. Em sua superfície existem lindas paisagens, umas regiões são mais quentes do que outras [...] A maioria das pessoas vive nas planícies, principalmente nas mais férteis. O homem transformou essa paisagem construindo enormes conglomerados de casas e edifícios - as cidades - e aprendeu a cultivar o solo e a construir estradas. Pelo que sabemos, é o único planeta em que existe vida. [...] Os homens e as mulheres que habitam esse planeta são um sucesso. Construíram máquinas de todos os tipos para terra, água e ar (GADOTTI, 2000, p. 11).

Em seu depoimento, o mesmo autor continua afirmando:

Pouco me falaram, de como a Terra foi dominada, submetida, escravizada, dividida em países com imensas e terríveis fronteiras. Não me falaram de um planeta despedaçado, mutilado e estéril pela lógica de um sistema de produção que não vê a natureza como parte de nós e que pouco se preocupa com sua destruição, cuidando apenas para que o paraíso daqueles que a comandam esteja garantido, como se, no limite, fosse possível (GADOTTI, 2000, p.11)

Finalizando seu depoimento, Gadotti afirma que:

[...] Não me explicaram a relação entre as precárias condições de vida e a política econômica, industrial, ambiental: Isentaram-me de qualquer responsabilidade quanto ao esgoto a céu aberto, quanto ao lixo espalhado pelas ruas perto de casa e da escola, quanto às inúmeras transportadoras que foram se instalando no bairro onde eu vivia, com seus galpões enormes, construídos à custa de destruição de grandes áreas verdes etc. Nunca tive na escola a oportunidade de plantar uma árvore, de colher os legumes de uma horta, de chupar deliciosamente uma manga colhida do jardim da escola, de observar atentamente a beleza da joaninha. Ouvi, escrevi. Pouco senti. Vivenciei menos ainda. (GADOTTI, 2000, p. 11).

A ausência de uma reflexão crítica sobre a prática ou a opção por uma técnica tradicional, que se fundamenta em princípios da memorização, da homogeneização ou da exclusão social, não permite à aplicação escolar adoção de conteúdos de natureza diversa dos princípios que fundam tal prática, quais sejam: a competitividade, a passividade e a desumanização. Sua prática coaduna com seu paradigma.

A utilização de conteúdos factuais, conceituais, na formação do aluno, continua sendo importante. Contudo existem aprendizagens que somente se dão pela tipologia procedimental ou atitudinal, conforme exemplifica Gadotti (2000), devendo por isso mesmo a escola ter a lucidez, ao elaborar seu projeto educativo, de incluir conteúdos que permitam eficácia na aprendizagem do aluno de forma significativa, como belamente ilustra Gadotti (2000, p. 11): “Não aprendemos a amar a terra lendo livros sobre isso, nem livros de ecologia integral. A experiência própria é a que conta”.

A vivência dos problemas educacionais no contexto escolar e fora dele traduz a impotência da pedagogia tradicional em tratar da aprendizagem dos princípios e conteúdos de significação ecológica.

A estética da sensibilidade, da afetividade, da moralidade, da emoção, até então ausentes nos currículos, passam a ter vinculação inexorável, considerando que o processo escolar necessita se comprometer na reconstrução das relações humanas. Segundo Gadotti (2000, p. 18), “As pedagogias tradicionais, fundadas no princípio da competitividade, da seleção e da classificação, não dão conta da formação de um cidadão que precisa ser mais cooperativo e ativo”.

O currículo coerente, os princípios da Educação Ambiental, mantém proximidade com os princípios da pedagogia do oprimido, preconizada por Freire citado por Gadotti, levando o sujeito do processo educativo a manter uma leitura permanente sobre o mundo. A Educação Ambiental não inclui somente a pedagogia educativa escolar e somente uma ação integrada de toda a sociedade seria capaz de combater os males que essa mesma sociedade causou ao ambiente.

A ecopedagogia como movimento social e político surge no seio da sociedade civil, nas organizações tanto de educadores quanto de ecologistas e de trabalhadores e empresários, preocupados com o meio ambiente. A sociedade civil vem assumindo a sua cota de responsabilidade diante da degradação do meio ambiente, percebendo que apenas por uma ação integrada é que essa degradação pode ser combatida (GADOTTI, 2000, p. 45).

A mutilação dos recursos naturais do planeta, a instabilidade econômica e as diferenças sociais existentes constituem um corpo muito abrangente de problemas que desafia o movimento de formação ambiental, que se fundamenta em pressupostos como Gadotti (2000) menciona:

- **Ação Comunitária:** a idéia central do projeto ecologista é a de que modificações no impacto destrutivo da atual sociedade sobre o meio ambiente

somente poderão ser conseguidas, de forma profunda e duradoura, a partir de um amplo processo de descentralização da economia, do poder e do espaço social. Isso porque um dos principais motivos da destrutividade do atual modelo está no seu gigantismo e na sua tendência centralizadora que torna cada vez mais difícil o controle da sociedade sobre seu funcionamento.

- **Diversidade Cultural:** a garantia para a manifestação ética, política e cultural das minorias étnicas, religiosas, políticas e sexuais, a democratização das informações e a redução do tempo de trabalho, para que todas as pessoas possam participar dos bens culturais da humanidade.

Enfim, o currículo ambiental pretende participar da construção de uma consciência planetária que situe o homem em si mesmo, em sua comunidade e ao mesmo tempo, no planeta:

A educação para a cidadania planetária implica uma revisão dos nossos currículos, uma reorientação de nossa visão de mundo da educação como espaço de inserção do indivíduo não numa comunidade local, mas uma comunidade que é local e global ao mesmo tempo (GADOTTI, 2000, p. 45).

Acrescente-se a estes pressupostos, propostos por Gadotti, outros que se compreendem como essências na estruturação curricular:

- **Interdisciplinaridade** - o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global-Rio/92 contribuiu com o delinear desse pressuposto, quando propôs como um dos princípios definidores da educação ambiental a perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.

Tais práticas interdisciplinares, segundo Fazenda (1995), requerem, de maneira muito cuidadosa, fundamentação conceitual. Para isso, necessário se faz aprofundar as análises teóricas, lançando sobre elas o olhar da complexidade e totalidade, conjugado com a simplicidade e a perspicácia necessária ao ato de liberar todo espírito investigador e criativo.

Entende-se que a interdisciplinaridade possui um papel extremamente importante na formação do aluno, uma vez que ela irá demonstrar no dia-a-dia como as várias disciplinas podem dialogar e como a fragmentação e o isolamento, provocados pelas "ilhas" criadas pelas disciplinas, na verdade não existem. Na realidade, que os alunos tão bem conhecem, todas as áreas do conhecimento se encontram e na grande maioria das vezes se falam e até comungam.

- **Contradição** - este pressuposto representa a possibilidade de convivência com qualquer tipo de idéia, o que representa a abertura para a proximidade entre os contrários e a possibilidade de avanços na inter-relação entre os homens e entre esses e o meio. Representa ainda o movimento dialético dos envolvidos no processo educativo consigo mesmo, uma vez que admite a retomada, o reinício e a convivência com o novo e com o diferente.

A vivência com os contrários transgredir regras de controle costumeiras e abre espaço para o respeito, para a cooperação e para a ruptura com estereótipos e limites impostos pela racionalidade moderna. Este pressuposto dos contrários traz consigo a metáfora fundamental para o desenvolvimento do pensamento interdisciplinar, exercitando o espaço para a ocorrência do duplo, do olhar não vendo, do desconstruir com o construir compreendendo, e do particular com o sentido universal e global.

O ambíguo, nas construções educacionais, permitirá a articulação do não usual daquilo que ainda não se incorporou ao acervo das construções epistemológicas. Advirá daí a condição de trabalhar com diversos conhecimentos, com diversas culturas, com o diferente, desafiando a infinita fronteira da estética que tornará o ser, humano e sensível, capaz de se emocionar diante do belo e de se sentir parte dele.

- **Pluralismo** - a principal contribuição desse pressuposto reside na possibilidade da convivência de diversos conceitos, impedindo que a questão ambiental seja tratada como apenas uma dimensão da educação e como um paralelismo das tarefas escolares.

O diálogo dos educadores militantes da educação ambiental com as várias formas de pensar e com as várias experiências estabelece entre eles uma interseção que fará emergir dessa prática a superação de deficiências conceituais e processuais, promovendo o crescimento e desenvolvimento de todos no conjunto da sociedade. Portanto, o pluralismo representa a soma de saberes, de sucessos e dificuldades que por ele podem ser solidariamente repartidos entre todos.

Esses pressupostos são as condições e os elementos indispensáveis na elaboração ou vivência de um currículo que se proponha ser ambiental. Entende-se que a observância de tais pressupostos está longe de ser tarefa simples ou fácil de ser atendida, uma vez que a alternativa neoliberal avassala a atualidade propondo a produção de sociedade global, cujos integrantes têm a cultura homogeneizada e adaptada a normas globalizadas, sem qualquer respeito a esses princípios. Contudo, acredita-se que há meios e formas de se preservar o ambiente sem comprometer o desenvolvimento, bastando criar mecanismos normatizados e norteadores.

O conteúdo ideológico neoliberal, em termos de exclusão, demanda conseqüências que se identificam com as práticas escolares seletivas e homogeneizantes que comprometem o cotidiano escolar, a formação humana e o respeito às diferenças. Contudo os professores não têm acesso a leituras que os permitam compreender essa contradição e se articularem politicamente em relação a isso.

Um ecocurrículo tem como desafio crucial reconstruir condições de trabalho para os educadores e ainda uma sociedade para os humanos, com todas as suas peculiaridades culturais, preservando a identidade individual e coletiva da comunidade, onde a instituição educativa estiver inserida.

Entre as teorias coincidentes com a filosofia neoliberal, identifica-se ainda a teoria do capital humano como a que, numa perspectiva economicista, incorpora em seus fundamentos a lógica do mercado, reduzindo-se a função da escola à formação

dos recursos humanos para a estrutura de produção. Nessa lógica, a articulação do sistema educativo com o produtivo torna-se indispensável.

Incorporando as políticas para a educação e promoção da cultura, o currículo propõe o saber, o conhecimento, como um bem de consumo, como uma mercadoria sujeita à lei de mercado. Nesse sentido, Guimarães refletiu:

Um componente bastante recente embate, e que preocupa pela dificuldade que causa para a visualização dessas diferentes leituras sobre educação ambiental presentes na sociedade, é a retomada da teoria do capital humano no contexto neoliberal, tese desenvolvida em Frigotto (1993, op cit), que aponta para uma "sociedade do conhecimento", com reflexos no campo educacional, como, por exemplo, o atual e persistente discurso da "qualidade da educação". Essa perspectiva da teoria do capital humano coloca o investimento na formação de recursos humanos voltado para o atendimento das necessidades do mercado, como fundamental para o desenvolvimento econômico (GUIMARÃES, 2000, p. 50).

Neste momento de consolidação da Educação Ambiental na sociedade, por um lado, tem-se certamente a apropriação, pelo discurso dominante, de conceitos e categorias que estiveram até então muito mais próximos de uma educação emancipatória, libertadora.

Por outro lado, como em todo processo de formação ideológica, há que se prever a possibilidade de tal apropriação ocasionar dificuldades de discernimento quanto às diferenças conceituais de outra proposta, muitas vezes refletindo-se nas práticas dos educadores ambientais, como nos alerta Guimarães (1995). Cabe, pois, a nós, mais uma vez, o exercício das percepções dessas contradições para assim nos aproximar da realidade almejada.

Alerta-se especialmente para uma atenção quanto às práticas de educação ambiental, pois se corre o risco de vivenciar situações que representem tão-somente simulacros dos princípios pertinentes a essa proposta, como, por exemplo, o princípio da participação.

Projetos ambientalistas podem ser propostos, sem envolvimento real dos sujeitos, ou ser elaborados coletivamente e vivenciados numa perspectiva individualista, desvinculados do espírito que contemple as necessidades humanas e ambientais, como se essas não existissem.

Proseguindo em suas argumentações, Guimarães (1995) afirma ainda que os componentes conceituais: "Qualidade de vida e Qualidade ambiental" podem ser facilmente ingredientes que acompanham o currículo da lógica desenvolvimentista neoliberal, se é que assim poderia ser entendida.

A questão da qualidade de vida, qualidade ambiental, tão presente nas preocupações ambientais e, portanto presente em uma Educação Ambiental, pode ser facilmente cooptada pelo discurso dominante, reivindicando essa

qualidade para segmentos sociais, nações e blocos econômicos, integrantes desta nova ordem mundial, escamoteando, contudo, o sentido de exclusão presente nesta reestruturação do mercado mundial (GUIMARÃES, 1995, p. 63).

Uma abordagem educacional que possa fazer frente ao projeto neoliberal e superar a crise ambiental deve desvelar a apropriação neoliberal, para assim contrapô-la, com ações críticas e determinadas. Essa desmistificação nos parece ser uma das importantes funções de qualquer conteúdo ambiental.

“O atual modelo de desenvolvimento escravizado ferreamente ao econômico poderá ser, de maneira gradativa, substituído pelo negócio social entendido como a síntese concreta dos interesses da coletividade. A trajetória preconizada para o empreendedorismo vai do privado ao político-institucional, passando pelo social e pelo cívico. Respeitando-se os degraus da evolução do processo; mas desde logo, são refutados o individualismo, o paternalismo, e outros ismos que solapam o crescimento individual e comunitário do ser humano, assim como as relações da família humana com o Planeta “nossa casa”. (NETO e FRÓES, 2002, p. 10 e 11)

Qualquer proposta de educação ambiental precisa antes de tudo criar uma sinergia e uma cooperação interlocutória entre a sociedade, integrando-a a um verdadeiro ecossistema. Compreender tais questões e se posicionar frente a ela pode impulsionar e direcionar a continuidade da busca de conteúdos a serem aprendidos e ensinados na educação ambiental, que busca acima de tudo a sustentabilidade do ambiente natural, e em contrapartida, o alcance do desenvolvimento social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há avanços consideráveis em relação à educação ambiental em locais educativos. As relações ecossistêmicas, homem e meio ambiente, estão presentes na consciência da atual geração. Contudo, tal consciência ainda não se efetivou em procedimentos e atitudes.

Algumas Escolas estão sendo pródigas na função socioeducativa, priorizando e incorporando na formação cognitiva a educação ambiental, como elemento cultural, garantindo eficácia no processo educativo por meio de conteúdos cognitivos. Deve-se, no entanto, acrescentar nos currículos educativos a dimensão procedimental e atitudinal que consolidam a formação do(a) cidadão(ã) participante da construção da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento social.

A presença da reflexão crítica e de vivências na educação ambiental, de natureza diversa dos princípios tradicionais da educação, coaduna com a quebra de um paradigma focado somente na formação intelectual. Um novo paradigma

educativo trabalha a partir de um modelo educativo relacional entre a sociabilidade humana, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.

Essa percepção exerce papel extremamente relevante na formação da pessoa, pois demonstra pela interdisciplinaridade o diálogo entre as disciplinas, que, isoladas, pouco contribuem para uma efetiva educação ambiental.

O respeito à diversidade biológica possibilita avanços na inter-relação entre o homem e o Meio, e nesse movimento dialético a escola desenvolve papel preponderante na construção de saberes que proporcionam o desenvolvimento de uma consciência planetária.

Essa não é tarefa simples, uma vez que a presença neoliberal que focada, na produção, no consumo e no lucro, exerce forte pressão sobre toda a sociedade cada vez mais globalizada, cujos integrantes têm a cultura homogeneizada e adaptada a normas, dificultando as práticas educativas ambientais.

Essa política neoliberal homogeneizante contribui para a exclusão e contraria com a finalidade educativa cuja proposta é de formação humana e respeito às diversidades.

Na abordagem educacional para formação ambiental, como se propôs neste estudo, a educação faz frente ao neoliberalismo, contrapondo-o com ações críticas e práticas.

O desenvolvimento de uma consciência focada na sustentabilidade socioambiental necessita de uma sinergia cooperativa e interlocutória entre o homem e o ecossistema natural e social.

Nesse contexto, a Educação Ambiental colabora para o desenvolvimento social e ambiental, para a compreensão do mundo e suas freqüentes mudanças, sem perder o foco no ser humano como parte importante do universo.

Entende-se, pois, que esse estudo tenha atingido seu objetivo principal, apontando como responsabilidade das instituições educativas incluírem em seus currículos além dos conteúdos conceituais, que trabalham a dimensão cognitiva, a abordagem sistemática de conteúdos procedimentais e atitudinais, que trabalham vivências e sentimentos.

Cabe a toda a sociedade a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento da reflexão, da crítica e do diálogo sobre a questão ambiental.

A função social atribuída aos conteúdos curriculares da educação ambiental é, portanto, favorecer o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, para diminuição das desigualdades sociais, do consumo e do lucro, além de investir na formação de pessoas que valorizam e sabem vivenciar ações coletivas.

Tal empreendimento desafia todas as instituições sociais a vivenciarem uma educação ambiental pautada por valores humanos, pela construção da paz e da justiça social, ao mesmo tempo em que repudia a degradação ambiental e social que hoje ocorre em função de interesses econômicos.

---

## The role of environmental education on social development

This paper tries to make a reflection about Environmental Education in a context that is not restricted to specific aspects of the knowledge area. We don't intend to establish remarkable lines but the purpose is to promote some contents that need to be considered on Environmental Education and cooperate for the construction of an equalitarian and developmental society. From this point of view, two comprehension variables are discussed: the utopian speculation and the real possibility, placing individuals and society in charge of a collective exercise of their own historical transformation. Additionally, other procedures include rules, methods and skills identified by operational methods, on an assumption to content learning and accomplishments whose objective is to improve the indicators. Methodologically, this study used a qualitative approach and its main conclusion was that the adoption of environmental practices in schools constitutes a significant contribution for the cultural background in the society's development process.

**Keywords:** Environmental education, curricular contents; social function; social development

---

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1996.

FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa. Campinas(SP): Papyrus, 1995.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis, 1998.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GUIMARÃES, Mauro. A dimensão ambiental na educação. Campinas (SP): Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. A dimensão ambiental na educação. Campinas (SP): Papyrus, 2000.

NETO, Francisco de Melo; FRÓES, César. Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O Currículo: Uma reflexão sobre a prática. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: Como Ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.